

RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.659 - PE (2015/0313294-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : PAULO CESAR DE CAMPOS
ADVOGADOS : ROBERTO FERREIRA CAMPOS - PE015545
RADAMEZ DANILO BEZERRA DA SILVA E OUTRO(S) -
PE028957

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ALEGADA AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO, QUE ESTÁ ASSENTADO EM BASE, RAZÕES E MOTIVOS SÓLIDOS. RECURSO ESPECIAL QUE SE FUNDA, TÃO SOMENTE, NESSA ALEGAÇÃO. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS com base na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, objetivando a reforma do acórdão do Tribunal Regional Federal da 5a. Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. ART. 557, §1º, DO CPC. PENSÃO POR MORTE. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE REMUNERADA. COMPROVAÇÃO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PELOS DEPENDENTES. POSSIBILIDADE.

I - Tendo em vista que entre a data de recolhimento de sua última contribuição previdenciária (abril de 2002) e a data do óbito (26.04.2011), transcorreram mais de 36 meses, de modo a suplantar o período de "graça" previsto no art. 15 e incisos, da Lei 8.213/91, poder-se-ia cogitar na perda da qualidade de segurado do de cujus, a inviabilizar a concessão da pensão por morte.

II - O compulsar dos autos revela que o falecido era titular de uma borracharia, prestando serviços no período imediatamente anterior ao óbito, conforme se verifica das notas fiscais emitidas em seu nome, referentes aos anos de 2003, 2004, 2005, 2010 e 2011, bem como de pagamento de ISS concernentes aos anos de 2006 e 2007.

III - As testemunhas ouvidas em Juízo foram unâimes em afirmar que o de cujus possuía uma borracharia, tendo executado serviço até data próxima do evento morte.

IV - Os elementos probatórios constantes dos autos firmam convicção no sentido de que o falecido exerceu atividade remunerada até a

data de seu óbito.

V - O falecido possuía inscrição formalizada perante a autarquia previdenciária, conforme se infere do extrato do CNN, e dada a comprovação do exercício de atividade remunerada, conforme mencionado anteriormente, é razoável afirmar que a qualidade de segurado restaria configurada desde que fosse saldado o débito resultante da incidência das contribuições previdenciárias concernentes ao período laborado.

VI - Remanescendo a questão do débito em nome do de cujus, e considerando a impossibilidade de prolação de decisão judicial condicional, torna-se incabível a concessão do benefício de pensão por morte na seara judicial, competindo à sua dependente, ora autora, regularizar a aludida situação na esfera administrativa.

VII - Agravo do réu desprovido (art. 557, §1º, do CPC).

2. Em seu Apelo Especial, o INSS sustenta violação ao art. 535 do CPC/1973, ao argumento de que o acórdão recorrido, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, permaneceu omissos quanto à alegação de impossibilidade de cômputo de tempo de serviço como aluno aprendiz sem o recolhimento de contribuição e a impossibilidade de reconhecimento de atividade especial do contribuinte individual.

3. É o relatório.

4. No tocante ao art. 535 do CPC/1973, inexistente violação apontada. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

5. No tocante à alegada omissão ao tempo computado como aluno aprendiz, a Corte é clara ao consignar:

Primeiramente, a sentença reconheceu como tempo de contribuição o período laborado como estagiário na empresa HOFFMANN BOSWORTH ENGENHARIA S.A, entre 13/09/1966 a 31/12/1973.

Penso ser correta a contagem de tal período, uma vez que não se

cuida, propriamente, de um programa de estágio, na acepção atual do termo. É interessante observar, inicialmente, que não se poderia conceber um "estágio" por período tão longo (de 13/09/1966 a 31/12/1973). Em verdade, o que se denominou de estágio era um contrato de trabalho. Desse modo, somente posso acolher como verídicas as informações averbadas na inicial de que o autor fora contratado, não como estagiário propriamente, mas como "principiante", salientando-se, ainda, o fato de que, àquela época, ainda não havia sido regulamentada a atividade de estagiário, o que apenas viria a ocorrer em 1977, com a Lei nº 6.494. No mais, acolho as razões do magistrado, ao reconhecer o respectivo tempo como comum, nos seguintes termos: a quo Relativamente ao tempo de serviço, como estagiário, na empresa HOFFMANN BOSWORTH S/A, de 13/09/1966 a 12/09/1973, foram apresentados, como provas, a anotação em sua CTPS (documento n.º 4058300.774714, pg. 1); e outros documentos, dentre eles, Atestado, de 17/01/2005; e Declaração sem data (documento n.º ... 774714, págs. 7 e 8). Por outro lado, observo que o INSS não produziu qualquer contraprova nos autos acerca da suposta anotação irregular do registro trabalhista na empresa referida. Em que pese a documentação apresentada, especialmente, quanto à anotação na CTPS, elas não fazem por si só prova robusta de que o autor exercia a função de Engenheiro Civil, conforme afirmado na petição inicial. A mera anotação na CTPS da função de estagiário não faz presumir que o requerente tenha atuado com exposição a risco inerente ao cargo de Engenheiro Civil; ele não demonstrou o exercício de atividades inerentes a este cargo, de forma incontestada (fls. 219/220).

6. Do mesmo modo, é inequívoca a manifestação da Corte acerca do cômputo da atividade como especial:

De início, salienta-se que o autor possui inscrição como engenheiro autônomo perante a Secretaria de Finanças de Recife, com início das atividades em 01/12/1978 (documento n.º ...774718, pgs. 1 e 2).

No que se refere ao tempo em que o autor laborou como autônomo, sendo contribuinte individual, há provas nos autos das devidas contribuições. Com a inscrição n.º 1.097.243807-3 junto ao antigo INPS, foram acostados, pelo autor, as guias de recolhimento de contribuinte individual referentes às competências 01/79 a 12/79; 01/80 a 12/80; 01/81 a 12/81; 01/82 a 03/82, 06/82 a 12/82; 01/83 a 10/83 (documentos n.º ... 774718 e 774720/pág. 01 a 11).

Os demais recolhimentos, referentes às competências 01/84 a 12/84; 01/85 a 12/85; 01/86 a 08/86; e 05/88 dizem respeito à inscrição n.º 1.118.049.118-6 (documento n.º ... 774720, pgs. 12 e 13; 774721, pgs. 2 a 15). Logo, todos os períodos citados devem ser computados como especiais, assim como determinou a sentença combatida, conforme precedentes dessa Corte, não havendo óbice para a concessão de aposentadoria especial ao contribuinte individual (fls. 220).

7. A pretensão recursal trazida nas razões do Apelo Especial funda-se, tão somente, na alegada violação ao art. 535 do CPC/1973.

8. Embora defenda ser possível a concessão de efeitos infringentes aos Embargos Declaratórios nos casos em que, conforme seja a deficiência a ser corrigida, seu suprimimento acarrete, inevitavelmente, a modificação do acórdão recorrido, conforme reverberam abalizada doutrina e jurisprudência. Na hipótese dos autos, não se verifica qualquer incorreção no *decisum* que justifique sua modificação.

9. No entanto, no caso dos autos, inexistente a apontada contrariedade do art. 535, I e II do CPC/1973. Conforme consta da decisão ora agravada, a questão ventilada nos Embargos de Declaração foi devidamente analisada pelo Tribunal *a quo*, não padecendo o julgado de qualquer omissão. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

10. Isso posto, não há como acolher a alegada violação ao art. 535 do CPC/1973, visto que a lide foi solvida com a devida fundamentação, ainda que sob ótica diversa daquela almejada pelo ora agravante. Todas as questões postas em debate foram efetivamente decididas, não tendo havido vício algum que justificasse o manejo dos Embargos Declaratórios. Neste sentido, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 280 DO STF, POR ANALOGIA.

1. *Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Lei Maior. Isso não caracteriza ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC. Precedente.*

(...).

4. *Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 1.399.171/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 21.6.2011).*

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 544, CPC. ARTS. 258, 259 E 260 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO NOVA. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II DO CPC. INEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULAS 282 E 256/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA N.º 07/STJ. INCIDÊNCIA.

1. *A ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC inexistente quando o Tribunal de origem, embora sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.*

2. *Os embargos de declaração, como apelo de integração que é, não admite a formulação de pedido novo, com efeitos modificativos, razão pela qual só seria cabível falar-se em omissão se o tribunal a quo em sede de remessa oficial, tivesse se omitido da apreciação da extensão da sentença proferida em desfavor do ente público interessado ou de questões que obrigatoriamente deveriam ter e não tivessem sido apreciadas pelo juízo de primeiro grau.*

3. *Assim, tendo em vista que na presente demanda a matéria referente ao princípio da causalidade e à coincidência entre o valor da causa e o valor da condenação, somente foram submetidas ao crivo do Judiciário em sede de embargos de declaração opostos a aresto prolatado em apelação, a referida questão só poderia ser objeto de pronunciamento da Corte de origem se cognoscível fosse de ofício, o que não é o caso. O próprio tribunal a quo constatou a inovação no pedido conforme se verifica do trecho do acórdão dos embargos de declaração, a seguir transcrito: "(...) a embargante pretende, com estes declaratórios, inovar na questão jurídica trazida na sua apelação, o que não se admite nesta sede."*

(...).

11. *Agravo regimental desprovido (AgRg no Ag 1.267.512/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 17.8.2010).*

11. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do INSS.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

